

Léia Teixeira Lacerda<sup>1</sup>  
Estela Mara de Andrade<sup>2</sup>

Caríssimos(as) leitores e leitoras,

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) apresenta, com alegria e compromisso social, a primeira edição de 2026 da Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem (RBECL). Este volume inicia o ano com destaque à importância da ciência e da pesquisa como pilares fundamentais para a transformação social, reafirmando o compromisso da instituição com a produção de conhecimento rigoroso, crítico e socialmente referenciado. Ao abrir o novo ciclo editorial, a RBECL reafirma seu papel como espaço de diálogo entre diferentes saberes e práticas, contribuindo para o fortalecimento da educação, da cultura e das linguagens como campos indissociáveis da formação humana e da cidadania.

O primeiro artigo desta edição: “Teoria da Autodeterminação: a motivação em aprender na educação básica”, de autoria de Cíntia Moralles Camillo, investiga como atividades didáticas planejadas por professores podem motivar alunos da Educação Básica a aprender de forma ativa e significativa, com base na Teoria da Autodeterminação. A pesquisa é uma revisão sistemática da literatura, analisando 14 trabalhos, principalmente do Ensino Médio e da disciplina de Química. Os resultados demonstram que atividades que promovem autonomia, competência e relacionamento geram maior motivação intrínseca nos alunos. Metodologias ativas, como ensino por investigação, cultura maker e jogos cooperativos, destacam-se como eficazes. O uso de tecnologias digitais nem sempre garante motivação, dependendo do contexto e da autonomia proporcionada. O planejamento didático é fundamental para o sucesso das atividades. Há

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela USP. Docente do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado e Doutorado Profissional em Educação da UEMS, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa: Educação, Cultura e Diversidade. Pesquisadora Associada do Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação, Linguagem, Memória e Identidade – CELMI-UEMS. Bolsista PQ Fundect-CNPq. Orcid iD: <<http://orcid.org/0000-0003-3752-0790>>. E-mail: [leia@uems.br](mailto:leia@uems.br).

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela UCDB. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa Educação e Interculturalidade (GPEIN). Pesquisadora Associada do Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação, Linguagem, Memória e Identidade – CELMI-UEMS. Orcid iD: <<http://orcid.org/000-003-0548-3091>>. E-mail: [estela.andrade@uems.br](mailto:estela.andrade@uems.br)

carência de estudos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Conclui-se que o diferencial está no professor, que deve inovar e adaptar estratégias para promover aprendizagem significativa.

O artigo “Estudos Culturais (EC) em questão: percursos teórico-metodológicos, modos de pensar e de fazer, escrito por Kelvin Oliveira do Prado e Maria de Fátima de Andrade Ferreira, discute a trajetória dos Estudos Culturais (EC) desde seu surgimento em Birmingham, destacando sua natureza plural, dinâmica e interdisciplinar. Os autores analisam como os EC se desenvolveram a partir de influências do marxismo, estruturalismo, pós-estruturalismo e psicanálise, enfatizando a centralidade da cultura nas relações sociais, políticas e econômicas. O texto ressalta a ausência de um método único nos EC, valorizando abordagens flexíveis e contextuais para analisar cultura, poder e identidade. Destaca-se a importância do contexto histórico e social, bem como a necessidade de uma postura política e prática na análise cultural.

Os autores também abordam a expansão dos EC para América Latina e Brasil, se aproximando do pós-estruturalismo e incorporando novas questões como a internet, as identidades e a globalização. Os Novos Estudos Culturais (New Cultural Studies) são apresentados como uma reinvenção do campo, dialogando com teorias contemporâneas e ampliando fronteiras. Por fim, os autores afirmam que os EC são uma prática intelectual em movimento, fundamental que possibilita identificar as transformações culturais e sociais da contemporaneidade, exigindo do pesquisador uma tomada de posição teórico-política ao analisar objetos culturais em diferentes contextos.

O terceiro artigo “Explorando narrativas cinematográficas: uma análise cultural baseada nos conceitos da teoria crítica” de autoria de Elizangela Mattozo, Daiane Priscila Hartwig e Guilherme de Almeida Lima, analisam as narrativas dos filmes "Os Delírios de Consumo de Becky Bloom" (2009), "O Carteiro e o Poeta" (1994) e "Toc Toc" (2017) sob a ótica da teoria crítica, especialmente a partir dos conceitos de Theodor W. Adorno e da Escola de Frankfurt. O estudo investiga como a indústria cultural influencia a formação de subjetividades, promovendo a padronização cultural, a alienação e o fetichismo das mercadorias. Em "Os Delírios de Consumo de Becky Bloom", destaca-se a crítica ao consumismo e à busca de identidade por meio do consumo, mas o filme acaba



reforçando a lógica do mercado ao propor apenas um consumo mais moderado, sem questionar o sistema capitalista. "O Carteiro e o Poeta" também foi analisado na perspectiva emancipatória, tendo em vista que a poesia e a amizade promovem transformação pessoal e consciência crítica, mostrando o potencial da arte como resistência e formação política.

Já "Toc Toc" evidencia as limitações da racionalidade instrumental ao retratar personagens com TOC que, ao interagirem, transcendem a abordagem clínica e funcionalista, valorizando a empatia e a alteridade. O artigo conclui que, embora o cinema possa promover reflexões críticas, a lógica da indústria cultural frequentemente limita o potencial transformador dessas obras, reafirmando a crítica de Adorno sobre a padronização e alienação promovidas pelo entretenimento de massa.

Na sequência, Marco Aurélio da Silva, propõe em seu artigo "Colonialidade do saber e colonialismo digital: pedagogias decoloniais para a democracia cognitivo-digital na educação contemporânea", uma análise teórico crítica sobre as relações entre tecnologia, educação e produção do conhecimento no contexto do capitalismo digital, a partir de perspectivas decoloniais. O autor demonstra como o colonialismo digital, articulado à colonialidade do poder, do saber e do ser, reconfigura práticas educativas e regimes de legitimação do conhecimento, questionando a suposta neutralidade das tecnologias digitais e das plataformas educacionais.

O autor argumenta que discursos de inovação e inclusão digital frequentemente reforçam desigualdades epistêmicas, raciais, culturais e ambientais, atualizando formas contemporâneas de colonialismo digital. O autor salienta que a educação, especialmente a de jovens e adultos, é um campo estratégico para enfrentar a colonialidade do saber, pois historicamente sofre marginalização social e epistêmica. O capitalismo digital, centrado em dados e plataformas, aprofunda lógicas de exploração e hierarquização, reproduzindo antigas assimetrias coloniais sob novas bases tecnológicas.

Também considera que o entrelaçamento das pedagogias críticas: a decolonial, a das encruzilhadas e a hacker, oferecem caminhos para uma democracia cognitivo-digital baseada na justiça cognitiva, social e ambiental. Por fim, sustenta que a luta por uma democracia cognitivo-digital é inseparável da defesa da vida em sua diversidade e da construção de projetos educativos comprometidos com a justiça social, ambiental e cognitiva.

O quinto artigo intitulado “Vivências com a gestão no processo de adoecimento e readaptação profissional: um estudo de caso” de Camila Aparecida de Oliveira Lima, Maria Luiza Gava Schmidt, Bárbara Ribeiro de Carvalho, aborda o processo de readaptação profissional de professores após adoecimento ou acidente, analisando como diferentes estilos de gestão escolar influenciam esse processo. As autoras elegem como estudo de caso a trajetória de "Minerva", professora da rede estadual paulista, que enfrentou ansiedade, depressão e esclerose, resultando em afastamento e posterior readaptação.

Essa professora vivenciou uma gestão escolar individualista, marcada por falta de acolhimento, comunicação precária e autoritarismo, o que intensificou seu sofrimento e sentimento de isolamento. Posteriormente, com a mudança para uma gestão coletivista, baseada em reconhecimento, respeito e participação, Minerva encontrou suporte para ressignificar sua relação com o trabalho, sentindo-se mais acolhida e valorizada. Nesta perspectiva, as autoras fundamentam a análise nas contribuições de psicodinâmica do trabalho de Delours, demonstrando que o apoio da gestão é relevante para o bem-estar psicológico e para a readaptação. Os resultados desvelam que a formação dos gestores é fundamental para práticas mais humanizadas, capazes de promover inclusão e reconstrução da identidade profissional dos professores readaptados.

O próximo artigo “Há evidências de produções científicas da psicologia na BDTD sobre sofrimento e adoecimento psíquico docente?”, de autoria de Aldenor Batista da Silva Junior, traz um levantamento e análise das produções científicas dos programas de pós-graduação em Psicologia sobre sofrimento e adoecimento psíquico docente, indexadas na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) entre 2008 e 2017. O estudo destaca que a maior parte das pesquisas sobre o tema está nos programas de Educação (35 trabalhos), seguidos por Psicologia (15) e Saúde Coletiva (5).

Entre os temas abordados estão o estresse, a Síndrome de Burnout e o mal-estar docente, frequentemente investigados por meio de entrevistas, escalas e testes para quantificar sintomas e consequências do sofrimento psíquico. No entanto, o artigo aponta que há poucos estudos preocupados em compreender os processos históricos e sociais que produzem e mantêm esse

sofrimento. A Psicologia Histórico-Cultural é sugerida como abordagem relevante para aprofundar a análise, considerando a influência das condições objetivas de trabalho na subjetividade docente. O levantamento mostra crescimento recente das pesquisas, especialmente nos últimos três anos do período analisado, e evidencia a necessidade de superar análises meramente quantitativas, buscando compreender a gênese e as contradições do fenômeno. O artigo conclui que a formação docente sólida e a reflexão crítica sobre a realidade escolar são fundamentais para enfrentar o contexto adoecedor e promover a saúde mental dos professores.

O artigo “A história do livro didático como objeto de pesquisa na Academia Brasileira (1940–2023)” escrito por Aline Loretto Garcia e Adriana Almeida Sales de Melo, traça um panorama histórico das pesquisas sobre o livro didático no Brasil, entre 1940 e 2023. Utilizando buscas no Google Scholar e no Banco de Teses e Dissertações da Capes, as autoras identificam três fases principais desse campo de estudo. A primeira fase (1940-1978) é marcada por estudos iniciais, dispersos e sem articulação teórica, mas que já problematizavam o papel do livro didático. A segunda fase (1978-1993) destaca a influência da teoria histórico-crítica, com ênfase na análise ideológica dos conteúdos e na função do livro como instrumento de reprodução social.

Na terceira fase (1993-2023) as autoras registram que ampliam o escopo teórico e metodológico, incorporando abordagens da História Cultural e analisando aspectos materiais, editoriais e sociais do livro didático, além de estudos meta-analíticos. Os resultados evidenciam que, ao longo do tempo, o livro didático deixou de ser um objeto marginal para se tornar central nas pesquisas educacionais brasileiras, refletindo mudanças sociais, políticas e acadêmicas. As autoras ressaltam a importância da interdisciplinaridade e do rigor metodológico para compreender a complexidade desse objeto, que envolve desde políticas públicas até questões de identidade e cultura escolar.

O oitavo artigo “Diálogos sobre a docência para a(as) diversidade (s): discursos produzidos em Língua Portuguesa e História” de autoria de Regina Godinho de Alcântara, Miriã Lúcia Luiz, Luan Eudair Bridi, analisa como a diversidade é abordada nos documentos curriculares oficiais brasileiros, especialmente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), com foco nos componentes de Língua Portuguesa e História.



Utilizando pesquisa documental e fundamentação teórica em Bakhtin, Rüsen e Ginzburg, os autores investigam as noções de alteridade, preconceito, discriminação e diversidade presentes nesses documentos.

O estudo revela que tanto a BNCC quanto os PCN apresentam um tratamento superficial das temáticas da diversidade, sendo os PCN um pouco mais abertos ao diálogo devido à inclusão dos Temas Transversais. A BNCC, por sua vez, dilui as questões de diversidade e carece de orientações metodológicas claras para o trabalho docente, dificultando uma abordagem reflexiva e ética das desigualdades. O artigo destaca a importância de reconhecer o outro como co-construtor da realidade social e aponta a necessidade de uma docência mais comprometida com a valorização das diferenças, indo além do discurso e promovendo práticas efetivas de inclusão e respeito. Conclui que, apesar de avanços legais, ainda há lacunas significativas na formação docente para lidar com as diversidades de forma crítica e transformadora, sendo fundamental fortalecer a dimensão ética e alteritária no ensino de Língua Portuguesa e História.

“As marcas da colonialidade na América Latina: contribuições do pensamento decolonial” de autoria de Henrique Rezende Untem e Ruth Pavan discute como a colonialidade permanece como estrutura constitutiva das sociedades latino-americanas, mesmo após o fim formal do colonialismo. Baseando-se nas contribuições do grupo Modernidade/Colonialidade, os autores analisam as relações entre colonialismo, modernidade e dominação, destacando que a colonização não se restringiu à ocupação territorial e exploração econômica, mas também promoveu epistemicídio, racialização, hierarquização social e negação das epistemologias dos povos originários e africanos escravizados. O texto enfatiza que a ideia de raça e gênero foi utilizada como mecanismo de classificação e subalternização, legitimando padrões hegemônicos.

Ressalta-se a importância da resistência dos povos tradicionais e movimentos sociais, que desafiam as lógicas coloniais e reivindicam não só direitos sociais, mas também formas de existir e resistir. O artigo defende a necessidade de uma perspectiva decolonial na educação, capaz de questionar padrões eurocêntricos, valorizar epistemologias do Sul e promover práticas educativas interculturais, críticas e emancipatórias. Por fim, os autores argumentam que a colonialidade opera nas dimensões do poder, do saber e do ser, e que a superação dessas marcas

exige uma ruptura com paradigmas históricos e a construção de práticas pedagógicas mais democráticas e plurais.

O artigo “Pedagogas(os) e a alfabetização científica nos Institutos Federais da Região Sudeste: o que sinalizam os projetos pedagógicos dos cursos?”, autoria de Sueli Ferreira dos Santos e Enio Freire apresenta os resultados de uma pesquisa teórica desenvolvida em um Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática. Com a finalidade de mapear, descrever e analisar como a Alfabetização Científica é abordada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Licenciatura em Pedagogia ofertados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Sudeste do Brasil. Para a pesquisa os autores utilizaram a Plataforma Nilo Peçanha para identificar os cursos e analisar os PPC disponíveis nos sites institucionais.

O estudo revela que há um número reduzido de disciplinas voltadas ao Ensino de Ciências nos cursos analisados e, em muitos casos, um "silenciamento temático" sobre a Alfabetização Científica, ou seja, a ausência de menções ou abordagens específicas sobre o tema nos documentos oficiais. As disciplinas identificadas apresentam potencial para discutir a Alfabetização Científica, mas geralmente se concentram em aspectos básicos do conhecimento científico, com poucas abordagens sobre os fatores éticos, políticos e as relações entre ciência, tecnologia, sociedade e meio ambiente.

O penúltimo texto é uma resenha: “A educação secundária em Campo Grande-MS: Retratos em fontes da historiografia regionais e memorialística (1920-1960)”, de autoria de Cristin Lopes Gomes, aborda a obra de Adriana Espindola Britez, que analisa a educação secundária em Campo Grande, MS, entre 1920 e 1960, a partir de fontes historiográficas e memorialísticas. O livro, resultado de dissertação defendida em 2014, foi ampliado com análises empíricas e publicado como e-book pela Editora UFMS em 2023.

Segundo Gomes a autora utiliza o referencial teórico de Pierre Bourdieu, dialogando com as contribuições de Chartier, Halbwachs e Magalhães. O estudo destaca o caráter dualista do ensino secundário brasileiro no século XX, com escolas voltadas tanto para as elites quanto para trabalhadores. Também analisa o impacto da modernização regional, a chegada de imigrantes e a criação de instituições públicas e privadas em Campo Grande. Por meio de autobiografias e

biografias de ex-alunos e professores, como Luiz Alexandre de Oliveira, Oliva Enciso, Gilka Martins e Pierre Adri, a autora revela como o ensino secundário foi espaço de distinção social, ascensão e desafios, especialmente para mulheres e pessoas de classes populares. O livro evidencia a importância das fontes memorialísticas para a compreensão da história da educação regional e sugere novas possibilidades de pesquisa sobre o papel da educação secundária na trajetória de diferentes grupos sociais. Recomenda-se a obra a pesquisadores e professores interessados na história da educação e no uso de fontes de memória.

A última resenha “Inteligência Artificial na Sala de Aula: como a tecnologia está revolucionando a educação”, produção de Denise de Sousa Severo, Valdoir Pedro Wathier, Geraldo Caliman, analisa o livro de Allan Carlos Pscheidt, que aborda o impacto da Inteligência Artificial (IA) na educação. Segundo a autora Pscheidt apresenta a IA como uma ferramenta transformadora, capaz de personalizar o ensino, automatizar tarefas administrativas e estimular o pensamento crítico dos estudantes, sem substituir a presença e a mediação do professor, explorando as metodologias ativas, como Cultura Maker, Design Thinking e Gamificação, mostrando como a IA pode tornar as aulas mais dinâmicas e inclusivas. Severo registra que o autor discute desafios técnicos, de infraestrutura e de equidade, ressaltando a necessidade de políticas públicas para garantir acesso igualitário à tecnologia. A obra oferece exemplos práticos, roteiros e prompts para aplicação da IA em diferentes níveis de ensino. Por fim, enfatiza que a integração da IA exige formação adequada dos professores e reflexão ética, sendo um convite à construção coletiva de práticas pedagógicas inovadoras e críticas.

Desse modo esta edição da RBECL não é apenas uma coletânea de artigos, mas é um mapa de debates urgentes, um instrumento de formação crítica e um testemunho da função social da UEMS na produção de conhecimento científico. Convidamos os pesquisadores, professores, estudantes e interessados a mergulhar nestas páginas e a se juntar a nós na contínua tarefa de pensar e reinventar a educação.

Agradecemos aos autores pelas contribuições valiosas apresentadas nos artigos e nas resenhas e aos pareceristas *Ad hoc* pelo trabalho dedicado de leitura que desenvolvem em parceria com o Conselho Editorial da RBECL que nos possibilita divulgar e promover essa rica